

Entrado na Mesa às 17h30
Data 26/06/2003

O Secretário da Mesa



VOTO DE PROTESTO

M.º 68/IX

Concluíram-se esta madrugada as negociações da reforma da PAC/2003 com resultados decepcionantes e altamente comprometedores para o futuro da agricultura portuguesa.

É hoje pacificamente aceite na sociedade portuguesa que o actual modelo da PAC se revelou injusto e penalizador da agricultura nacional colocando os agricultores portugueses, no que diz respeito ao acesso às ajudas directas, numa posição que os coloca, por UTA, cerca de quatro vezes e meia abaixo da média comunitária e no último lugar da escala de beneficiários.

As actuais regras de repartição dos apoios financeiros são ainda responsáveis pelo facto de, em Portugal, se registarem as maiores assimetrias de toda a U.E. no que diz respeito a distribuição das ajudas directas pelos agricultores, menos de 1% dos agricultores portugueses arrecada quase 40% das ajudas totais.

O Governo falhou todos os objectivos a que se propôs nesta reforma:

- Não conseguiu sequer manter e consolidar a quota excepcional atribuída transitoriamente aos Açores, antes a viu reduzida de 73.000 para 50.000 toneladas.
- Não obteve as quotas ou direitos de produção pretendidos de beterraba (40.000 ton.), algodão (30.000), trigo duro (132000

ha) ou milho de regadio (40.000 ha), pedidos já formulados sem sucesso na Cimeira de Copenhaga.

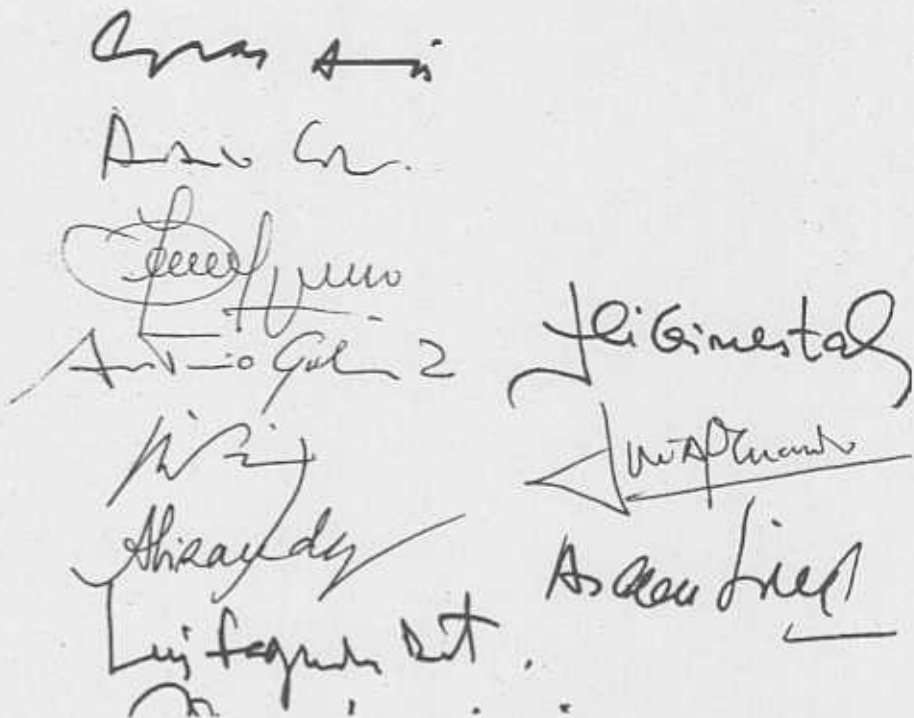
- Não obteve mais prémios de bovinos dos que os já obtidos anteriormente por Portugal no âmbito da denominada “reserva específica” em vigor até 2005 que o compromisso de hoje do Luxemburgo revogou. O ganho foi por isso neutro.
- Não conseguiu evitar o abaixamento do preço de intervenção para a manteiga, em 25% que tem elevado impacto em Portugal.
- Não conseguiu sequer recuperar os cerca de 130 Milhões de euros/ano perdidos na Cimeira de Bruxelas, de Outubro de 2002, quando votou favoravelmente o congelamento futuro do orçamento agrícola ao mesmo tempo que decidiu reparti-lo pelos agricultores de mais 10 Estados-Membros.
- Não conseguiu evitar que as ajudas futuras excluam totalmente os nossos sectores mais competitivos como o vinho, as frutas ou os hortícolas.
- Nem conseguiu impedir que as ajudas futuras sejam apenas atribuídas aos agricultores que delas já beneficiavam no passado e até ao limite dos valores históricos de 2000/2002, perpetuando assim a injustiça que já punia os agricultores portugueses.
- Muito menos evitou que as poupanças com a modulação revertessem quase integralmente para os agricultores dos Estados Membros onde são geradas as poupanças, ficando apenas por distribuir segundo critérios de coesão montantes residuais.

Os resultados desta negociação confirmam assim, infelizmente, o erro da estratégia negocial portuguesa e defraudam as expectativas de todos aqueles que esperavam que a rara oportunidade histórica que se colocou fosse aproveitada para reparar o injusto tratamento dado a Portugal pela PAC até agora vigente.

Perante o evidente insucesso negocial da delegação portuguesa que a levou inclusivamente a votar isoladamente contra o compromisso, a Assembleia da República manifesta o seu protesto e lamento pelos decepcionantes resultados para Portugal da reforma da PAC 2003 hoje encerrada formalmente e responsabiliza o governo pelas suas graves consequências económicas e sociais futuras.

Lisboa, 26 de Junho de 2003

OS DEPUTADOS DO PS,


 A collection of handwritten signatures in black ink, arranged in two columns. The signatures are cursive and vary in style. The left column contains approximately seven signatures, and the right column contains three.